



Luta faz reajuste salarial sair do 0%



Depois de paralisações e manifestações, servidores públicos de São Sebastião conseguem sair da única proposta oferecida pela prefeitura, a de 0% de reposição salarial. Desde 2014, a categoria acumula perda salarial e tem suprimido o direito constitucional de reajuste de acordo com o índice inflacionário. Após pressão da categoria, prefeitura oferece “aos 45 minutos do segundo tempo” uma contraproposta de 4%, que foi aceita pelos trabalhadores que continuaram indignados por ainda amargar um prejuízo de 18,71%. **pág. 3**

Prefeito omite informações do Portal da Transparência e mente sobre reajuste dos servidores

pág. 3

Paralisações e manifestações mostram a força do servidor público

**pág. 4**

Servidores exigem inquérito na Câmara para apurar ‘cabide de emprego’

**pág. 5**

“Prefeito propõe estender os 4% de reajuste a Fundação de Saúde”, afirma presidente da instituição

pág. 8

Sinserv ganha ação e prefeitura é obrigada a pagar gratificação negada a servidores

pág. 6

SINDSERV FLAGRA

CIRETRAN

**pág. 7**

EDITORIAL

Estamos cansados de mentiras

Vamos falar da polêmica que envolve o reajuste salarial de 4% nos nossos salários. Em primeiro lugar, sou servidora municipal há oito anos e não estou satisfeita com esse índice, assim como sei que a maioria também não está. Não chega nem perto daquilo que a administração tem de débito com essa categoria, que vem sofrendo com a defasagem nos salários desde 2014, onde todos lembram que tivemos 0% de reajuste salarial.

Essa batalha todos nós travamos desde 2015, onde após a primeira paralisação no município, conseguimos reverter o reajuste zero, para 6,28%, apesar da administração alegar repetidas vezes que não concederia nada até que o processo judicial com a Petrobras estivesse concluído.

Enquanto a inflação continuava a “comer” nossos salários mês após mês, a administração continuava com a mesma desculpa até que essa dívida com o servidor chegou a mais de 22% em perdas salariais.

Sem outra alternativa, fomos às ruas protestar, fizemos paralisações, atos de repúdio, impetramos ações

judiciais, interrompemos sessões de câmara e cobrança dos vereadores apoio e ações efetivas, considerando que 1/3 da Casa de Leis é composto por servidores públicos, e ainda que exercessem os seus papéis como fiscalizadores das ações e contas da prefeitura.

Diante de tudo isso, a ad-

nários celetistas e estatutários, para apresentação de uma proposta de reajuste.

Proposta essa que foi apresentada em assembleia, votada e aceita pela maioria dos presentes que sabiam que a proposta da administração oferecida no último momento antes de ser impedida pela Legislação Eleito-

comprometimento com o trabalhador. Somos vitoriosos e parabenizo todos os que foram as ruas para lutar pelo direito de todos, pois se não fosse à pressão da força do servidor não teríamos nada por três anos.

Com muita garra, somando a paralisação de 2015 e deste ano, conquistamos 10,28 % de reposição da inflação, além dos 33% de reajuste no vale alimentação. Isso não muda nossa indignação e nossa frustração por saber que a realidade não corresponde com tudo que foi oferecido nos palanques.

A luta não para servidores. Mais uma vez a prefeitura omitiu informações durante as negociações. O prefeito disse que quando saísse o dinheiro depositado em juízo não ia esquecer-se do servidor, mas está com mais de R\$ 100 milhões nos cofres desde março que só agora apareceram no Portal da Transparência. Não admitimos mentiras e estamos cansados de enganações. Diante da falta de transparência, não podemos ficar parados e vamos continuar lutando pelos direitos dos servidores.

Audrei Guatura – presidente do Sindserv

“ **A luta dos servidores nos fez sair do 0% por duas vezes. As manifestações e paralisações históricas no município mostram que a categoria não vai ficar de braços cruzados** ”

ministração continuava irreduzível, negando qualquer reajuste, porém no último dia 31/05, durante mais uma paralisação, ao ser questionado sobre o aparecimento de mais de R\$ 15 milhões do IPTU da Petrobrás, e que tal valor já estava no cofre desde 13/5 e havia sido omitido do Portal da Transparência da PMSS, caiu por terra à justificativa de não ter recursos e o prefeito voltou atrás e aceitou receber uma comissão formada por dirigentes sindicais, funcio-

nal era: ou é 4% ou é nada.

Vale lembrar, que nesta mesma assembleia decidimos que a administração tinha que se comprometer em pagar ainda este ano os 18,71% restantes, além de reajustar os vales refeição e alimentação.

A luta dos servidores nos fez sair do 0% por duas vezes. As manifestações e paralisações históricas no município de São Sebastião mostram que a categoria não vai ficar de braços cruzados diante do descaso e falta de

EXPEDIENTE

O Alerta Servidor é um informativo mensal do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São Sebastião (Sindserv)
Rua José David do Vale, nº 33 – Centro – São Sebastião / SP
Fone: (12) 3892.1545 / FAX: (12) 3892.4097

As opiniões e sugestões para as próximas edições poderão ser enviadas pelo e-mail: jornalismo@sindserv.com com Distribuição interna e dirigida aos servidores e setores públicos

Diretoria:

Audrei Queli Guatura (presidente); Roseli Paturalski (vice-presidente); Anderson Santos de Souza (secretário geral); Carlos Eduardo Amorim da Silva (1º secretário); Edna Barbosa Ribeiro Cardoso (2º secretária); Rafael Corrêa de Aquino (1º tesoureiro); Benedito Francisco (2º tesoureiro)

Suplentes: Ivan Moreira Silva; Marinalva Ferreira da Silva Melo; Ricardo Luiz de Oliveira; Juliana Aparecida da Silva; Patty Saydel Matsushita; Josiel de Carvalho; Marcos Roberto Paixão Marques Correia.

Conselho Fiscal:

Tania Regina Sarak; Jehovan Maria de Jesus; Eliete Aparecida dos Santos Freitas. Suplentes: Rosa Maria Fernandes Nobrega; Natanael Antonio dos Santos; Rodrigo Francisco da Silva. Conselho Representante: Belmiro dos Santos Rodrigues; Alexandre Lisboa Ferreira. Suplentes:IVALDO PAIXÃO TAVARES BRAGA; PAULO SÉRGIO DA SILVA.

Jornalista: Jessyca Biazini – MTB 73.249/SP

Diagramação: Marizia Silva

Impressão: Atlântica Gráfica e Editora

Tiragem: 2.500 exemplares

EDITAL

CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE SÃO SEBASTIÃO, com sede e foro na Rua José David do Vale n.º 33, Centro, na cidade e comarca de São Sebastião, Estado de São Paulo, possuidora do CNPJ n.º 50.322.130/0001-19, em conformidade com os termos dispostos nos Artigos 15 e 17, combinados com o Artigo 41 “usque” à 54 do Estatuto do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São Sebastião, convoca para comparecerem à Assembleia Geral Extraordinária que se realizará, conforme datas, locais e horários, e pauta abaixo descrita:

DATA: 18/06/2016 – Sábado

LOCAL: Sede Central Sindserv – Rua José David do Vale, 33 – Centro - São Sebastião - SP

HORÁRIO: 1ª Convocação 09h00min
2ª Convocação 10h00min

PAUTA:

1. Avaliação e discussão da posição da administração referente ao reajuste de 4% na campanha salarial 2015/2016, (para toda categoria, celetista e estatutária);
2. Balanço da atuação do Sindicato e dos servidores nos atos que decorreram das campanhas salariais.

São Sebastião, 09 de junho de 2016.

AUDREI QUELI DA SILVA GUATURA
Presidente

EDITAL

CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE SÃO SEBASTIÃO, com sede e foro na Rua José David do Vale n.º 33, Centro, na cidade e comarca de São Sebastião, Estado de São Paulo, possuidora do CNPJ n.º 50.322.130/0001-19, em conformidade com os termos dispostos nos Artigos 15 e 17, combinados com o Artigo 41 “usque” à 54 do Estatuto do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São Sebastião, convoca para comparecerem à Assembleia Geral Ordinária que se realizará, conforme data, local e horários, e pauta abaixo descrita:

DATA: 30/06/2016 – quinta-feira

LOCAL: Sede Central Sindserv – Rua José David do Vale, 33 – Centro - São Sebastião - SP

HORÁRIO: 1ª Convocação 17h
2ª Convocação 18h

PAUTA:

- Apresentação e apreciação da prestação de contas referente ao exercício de 2015.

São Sebastião, 09 de junho de 2016.
AUDREI QUELI DA SILVA GUATURA
Presidente

Luta faz reajuste salarial sair do 0%

Após pressão dos servidores, prefeitura oferece 4% de reajuste e categoria continua indignada

Depois de paralisações e manifestações, servidores públicos de São Sebastião conseguem sair da única proposta oferecida pela prefeitura, a de 0% de reposição salarial. Desde 2014, a categoria acumula perda salarial e tem suprimido o direito constitucional de reajuste de acordo com o índice inflacionário. Após pressão da categoria, prefeitura oferece “aos 45 minutos do segundo tempo” uma contraproposta de 4%, que foi aceita pelos trabalhadores que continuaram indignados por ainda amargar um prejuízo de 18,71%.

A contraproposta da prefeitura foi aprovada por maioria de votos na assembleia extraordinária, que ocorreu na noite de 31 de maio, na Praça da Igreja Matriz. Sabendo que era 4% ou era nada, devi-

do à Intransigência da administração, a categoria também decidiu que a administração deve se comprometer a pagar ainda este ano o restante de 18,71% devido, além de fazer o reajuste do vale alimentação de R\$ 240 para R\$ 300 e do vale refeição de R\$ 16 para R\$ 25 (por dia), e que não fossem descontados os dias parados. Em reunião com a diretoria do sindicato, que ocorreu no mesmo dia, o prefeito afirmou que só se comprometeria com a última reivindicação em caráter de avaliação.

Durante todas as manifestações a prefeitura afirmou que precisava do dinheiro do IPTU da Petrobras para fazer uma proposta aos servidores, mas foram desmascarados



quando o Sindserv descobriu no Portal da Transparência que havia uma entrada de cerca de R\$ 15 milhões nos cofres, datada de 13 de maio.

A pressão em frente ao Paço Municipal continuou até que a administração decidiu receber a comissão formada por diretores do Sindserv, servidores da prefeitura e da Fundação de Saúde Pública de São Sebastião. A comissão foi recebida pelo Secretário

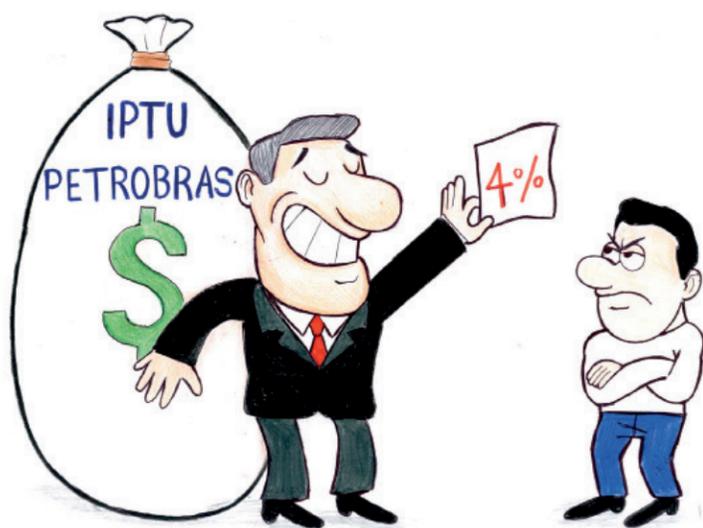
Municipal de Administração, Samir Toledo, onde foi iniciada a negociação que resultou nos 4% de reajuste que está valendo a partir de 1 de junho de 2016, a ser recebido nos vencimentos di mês de junho.

A presidente do Sindserv, Audrei Guatura, ressalta que é uma vitória para a categoria, independente do percentual de reajuste. “A nossa luta nos fez sair do 0%. Sabemos que é um conta gota para quem está

no deserto com sede, mas já sinaliza algum empenho da administração. Parabéns a todos os servidores que vieram para as ruas para lutar pelos nossos direitos”, ressalta.

Segundo o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São Sebastião (Sindserv), foi deliberada uma nova assembleia extraordinária para o dia 18 de junho, às 10h, na sede da entidade, visando o balanço do movimento.

Prefeito omite informações do Portal da Transparência e mente sobre reajuste dos servidores



Mais uma vez a prefeitura mentiu para os servidores públicos de São Sebastião. Primeiro ao omitir informações do Portal da Transparência sobre entrada de cerca de R\$ 100 milhões nos cofres do município. E segundo, por ludibriar o trabalhador ao continuar afirmando que concederia o reajuste salarial de 22,71% quando os valo-

res depositados em juízo do IPTU da Petrobras fossem liberados.

Esta semana, surgiram no Portal da Transparência, novas entradas nas receitas diárias de São Sebastião. Porém, os repasses ao cofre estão datados de 29 e 30 de março de 2016. Datas anteriores às reuniões com o prefeito, onde ele afirmou que não poderia dar

nenhum reajuste salarial ou demais exigências da Campanha Salarial 2015/2016 até que tivesse o dinheiro do IPTU da Petrobras disponível.

O Sindicato dos Servidores Públicos de São Sebastião (Sindserv) acompanhou com frequência a entrada de receitas no Portal da Transparência e, principalmente durante as manifestações, localizou somente a de R\$ 11.993.840,44, em fevereiro, e de R\$ 15.778.705,14, em maio de 2016, somando mais de R\$ 27 milhões. Vale destacar que estes valores foram descobertos pelo Sindserv e usados para confrontar a administração que insistia em afirmar que não tinha recursos para conceder os direitos constitucionais dos trabalhadores.

Agora, estavam em baixo do tapete da “sala de negociações” mais R\$ 113.348.945,59, sendo duas entradas no dia 29 de março (R\$ 70.770.065,76 e R\$ 30.330.028,18) e duas no dia 30 de março (R\$ 8.574.196,16 e R\$ 3.674.655,49). No total, são mais de R\$ 141 milhões nos cofres da prefeitura enquanto estávamos lutando para sair do único reajuste que o prefeito afirmava possível, o de 0%.

“Os servidores são guerreiros, pois se não fossem as manifestações e paralisações não teríamos nenhum reajuste. Se o Sindserv já estava indignado com a proposta de 4% da administração municipal, agora com esta falta de transparência nas negociações não podemos

ficar calados”, afirma a presidente do Sindserv, Audrei Guatura.

Não podemos esquecer, que durante todas as manifestações, protestos e paralisações os servidores exigiram que os vereadores se posicionassem e ajudassem a fiscalizar e pressionar a prefeitura. Durante as mobilizações, inclusive, interromperam as sessões da Câmara Municipal para que os vereadores tomassem alguma atitude e ajudassem o servidor na conquista dos direitos.

O Sindserv repudia qualquer omissão de informação em detrimento de direitos constitucionais e está indignado com a falta de comprometimento e idoneidade na relação com os trabalhadores.

Paralisações e manifestações mostram a força do servidor público estatutário e celetista

Com protestos em frente ao Paço Municipal, passeatas e participação nas sessões da Câmara, as categorias mostraram que não se calam diante do descaso



Ao todo, cerca de 400 servidores públicos de São Sebastião da PMSS e da FSPSS se mobilizaram para cobrar da prefeitura uma resposta às propostas da Campanha Salarial 2015/2016. Foram três manifestações e duas paralisações onde a categoria pode externar a revolta com a falta de compromisso da administração municipal. Durante os atos, os trabalhadores fizeram passeatas pelas principais ruas do Centro da cidade, inclusive pela Avenida Guarda Mor Lobo Viana, onde pediram o apoio de todos os sebastianenses, pois quando não existe investimento no servidor e no serviço público e a população que a prefeitura está deixando de lado.

Nas manifestações, munidos de faixas, car-

tazes, caminhão de som, microfone e bradando “servidor na rua, prefeito a culpa é sua”, “pisa ligeiro, pisa ligeiro, quem não pode com formiga não ataca o formigueiro”, entre outros bordões, os trabalhadores protestaram em frente ao Paço Municipal para que a administração atendesse as exigências. Em uma das paralisações, os manifestantes foram impedidos de entrar no prédio público e os que estavam dentro do local não conseguiram sair de imediato, pois as portas foram fechadas pela administração.

A primeira manifestação ocorreu no dia 17 de maio, a partir das 16h, em frente ao Paço Municipal, e foi seguida por duas paralisações, nos dias 24 e 31. Na última, o prefeito

fez a contraproposta de 4%, aprovada pela maioria dos servidores. Os dois primeiros atos terminaram na Câmara Municipal para exigir o apoio dos vereadores.

Segundo o Sindserv, trabalhadores estatutários, celetistas, contratados por processo seletivo de diversos setores estavam reunidos na manifestação. Algumas escolas não funcionaram durante as paralisações.

A presidente do Sindserv, Audrei Guatura, ainda afirma que os servidores, tanto da prefeitura quanto da Fundação de Saúde Pública, estavam cansados das desculpas do prefeito que atrela a reposição de salário à liberação do IPTU da Petrobras. A categoria acumulava uma perda salarial de

22,71% desde 2014, agora, com os 4% de reajuste, ainda restam 18,71%. Os trabalhadores cobraram o repasse da inflação do ano passado mais as correções (11,52%) e reposição de 11,19% referente ao ano de 2016. Também reivindicaram o reajuste do vale alimentação de R\$ 240 para R\$ 300, bem como o vale refeição de R\$ 16 (por dia) para R\$ 25 (por dia), além de outras propostas da Campanha Salarial. A luta

também é pela por serviços públicos de qualidade.

Os atos dos servidores contaram com o apoio da Unidos Pra Lutar, do Fórum Sindical do Litoral Norte, do Sindicato dos Funcionários do Sistema Prisional do Estado de São Paulo (Sifuspesp), Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEO-ESP) e do Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista (Sindipetro-LP).



Durante manifestações na Câmara, servidores exigem inquérito para apurar ‘cabide de emprego’ e ‘funcionários fantasmas’



A categoria também exigiu que os vereadores ‘trancassem a pauta’ para projetos do executivo até a prefeitura concedesse o reajuste

Para cobrar um posicionamento efetivo dos vereadores em prol dos servidores públicos, a categoria ocupou por duas vezes a Câmara Municipal de São Sebastião. Nos dias 17 e 24 de maio, a categoria colocou a vereança contra a parede e exigiu que se abrisse um inquérito para verificar os casos de ‘cabides de emprego’ e ‘funcionários fantasma’ que estariam inflando a folha de pagamento. Para pressionar a prefeitura a conceder o reajuste salarial, os trabalhadores ainda cobraram que fosse “trancada a pauta” para projetos do executivo até

que ocorresse a reposição do índice inflacionário.

Como os servidores estatutários e celetistas decidiram não cessar os protestos até que os vereadores mostrassem que estavam do lado da categoria, as duas sessões foram interrompidas. O fechamento da Casa de Leis durante a mobilização causou revolta nos trabalhadores. Em seguida, houve assembleias extraordinárias nos dois dias onde decidiram continuar a cobrança para que seja instaurado o inquérito.

Para que a Câmara Municipal instaure Comissão Especial de Inquérito (CEI) é preciso que quatro vereadores se manifestem e decidam fazer a apuração da folha de pagamento. O interessante é que 1/3 da Casa,

exatamente quatro dos 12 vereadores, também são servidores públicos de São Sebastião.

“Nós temos vereadores que também são servidores e os que não são provavelmente tem parentes que estão na mesma situação que nós, sem conseguir pagar as contas do mês porque tudo subiu e o nosso pagamento não acompanha a inflação. Se a prefeitura diz que não tem dinheiro para conceder o direito previsto na constituição ao reajuste, queremos saber quanto pode ser enxugado desta folha de pagamento para ter o necessário para quem faz realmente essa máquina girar”, ressalta a presidente do Sindserv, Audrei Guatura.

O vereador Jair Pires (PRP) demonstrou apoio

ao pedido dos servidores e pediu ao presidente da Câmara, Luiz Antônio de Santana Barroso “Coringa” (PSD), que forme uma equipe junto ao corpo técnico da Casa de Leis para analisar as contas. “Coringa” acatou o pedido, porém até o fechamento desta edição não tivemos informações que a Casa instaurou o inquérito.

Na sessão da Câmara do 17 ainda foi apresentado o requerimento 204/2016 do vereador professor Gleivison Gaspar (PMDB) em apoio à categoria: “Diante das negativas sistemáticas, requer ao executivo a reavaliação do orçamento municipal visando à efetivação do reajuste aos servidores públicos”.



Antes de iniciar manifestações, prefeito afirmou em reunião que o reajuste seria 0%

Na tentativa de uma negociação com a prefeitura, o Sindserv se reuniu com o prefeito no dia 29 de abril.

Nesta reunião, que foi agendada após a presidente usar a tribuna livre da Câmara Municipal na mesma semana, o prefeito continuava afirmando que não podia oferecer nenhum reajuste.

“Prefeito propõe estender os 4% de reajuste a Fundação de Saúde”, afirma presidente da instituição

A diretoria do Sindserv e a comissão de funcionários da Fundação de Saúde Pública de São Sebastião (FSPSS) se reuniram no dia 8 de junho com o presidente da instituição, Antônio Nisoli, para exigir um posicionamento quanto o reajuste salarial dos trabalhadores. Na ocasião, Nisoli afirmou que a prefeitura propõe estender o reajuste de 4% a categoria celetista.

Ainda na mesma reunião foram discutidos alguns pontos da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT). Segundo o presidente da FSPSS, todos os itens que impactem na previsão or-

çamentária da administração municipal e na folha de pagamento precisam ser aprovados pela prefeitura e que iria protocolar no dia seguinte o pedido de reunião com o prefeito para que tenha uma resposta oficial para a categoria.

A presidente do Sindserv, Audrei Guatura, destaca que foi deliberada e aprovada, em assembleia com os funcionários da FSPSS, que a data base dos celetistas fosse unificada com a data base dos estatutários.

“Tanto para os funcionários da prefeitura quanto para os da Fundação de Saúde é necessário que ocorra o

reajuste salarial. A diferença para os celetistas é que é preciso homologar a Convenção Coletiva de Trabalho e, caso a categoria rejeite o índice, ainda tem a possibilidade de uma conciliação na Justiça”, explica Audrei. No mesmo dia foi pré-agendada uma nova reunião da presidência da FSPSS junto ao Sindserv e a comissão de funcionários da FSPSS no dia 15 de junho para repassar uma posição oficial da prefeitura sobre os termos pendentes da CCT. O Sindserv ressalta que tudo que for proposto pela instituição será deliberado pela categoria em assembleia

que deverá ser convocada assim que receber o posicionamento oficial da FSPSS.

Presença expressiva

Os funcionários da FSPSS tiveram participação expressiva nas manifestações e paralisações pelos direitos trabalhistas que ocorreram em maio. Enfermeiros, médicos, agentes comunitários de saúde, dentistas, entre outros profissionais, participaram de todas as mobilizações. “Os funcionários da Fundação mostraram sua força nos atos e estamos aqui para fazer o que for necessário para garantir os direitos da categoria”, afirma Audrei.

Segundo o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São Sebastião (Sindserv), desde o início de 2016 o Sindserv representa legalmente os servidores da Fundação de Saúde Pública. Diante disso, a campanha salarial unificada 2015/2016 reivindica para os trabalhadores os direitos a reposição salarial que não ocorrem desde a admissão, em 2014, reajuste do vale alimentação de R\$ 240 para R\$ 300, bem como o vale refeição de R\$ 16 (por dia) para R\$ 25 (por dia) para as duas categorias, entre outros direitos que constam na CCT.

Você Sabia?



TEMOS O DIREITO DE LUTAR

A greve é um direito garantido pelo artigo 9º da Constituição Federal do Brasil e pela Lei de Greve 7.783/89



A greve é a suspensão coletiva, temporária e pacífica, total ou parcial, da prestação de serviços.



IMPORTANTE

Negar aos trabalhadores o direito ao salário quando estão em greve é igual negar o Direito de Greve e isto não é um mal apenas para os trabalhadores, mas para a democracia.

Não são permitidos os descontos dos dias parados se a greve está dentro da Lei.

As greves e paralisações tem o objetivo de garantir a preservação e conquista de direitos para **MANTER A DIGNIDADE DO TRABALHADOR** para que possa **SUSTENTAR A FAMÍLIA** e ter boas condições de saúde, educação e lazer. **GARANTIR SALÁRIOS E REAJUSTES** acompanhando a inflação para que o trabalhador mantenha o **PODER DE COMPRA.**

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 9º **É assegurado o Direito de Greve**, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.

§ 2º **Os abusos cometidos sujeitam os responsáveis às penas da lei.**

LEI DE GREVE - LEI 7783/89

Art. 6º São assegurados aos grevistas, dentre outros direitos:

§ 2º **É vedado às empresas adotar meios para constranger o empregado** ao comparecimento ao trabalho, bem como capazes de frustrar a divulgação do movimento.

SINDSERV FLAGRA

Mais uma vez o estado lastimável do prédio do Ciretran, no Centro de São Sebastião, aparece no Flagra do Alerta Servidor. Mas, desta vez, a situação está muito pior. O bolor, mofo e infiltrações tomam conta da parte térrea do prédio inteiro, o banheiro que a população tem acesso está com a porta fechada por elásticos, a cozinha é um banheiro improvisado e ainda o ar condicionado está quase caindo na cabeça das pessoas. A situação fica ainda mais preocupante devido ao forte cheiro de esgoto empestado por todo o setor. Outro problema grave é a questão dos arquivos que, segundo servidores, estão tomados por traças, cupins, baratas e ratos, inclusive não há espaço suficiente para armazenamento e o mau cheiro é tão forte que não é possível ficar no local por mais de cinco minutos. A falta de manutenção do espaço impacta diretamente na saúde do trabalhador e o Sindserv está tomando as medidas cabíveis para que a administração municipal resolva o mais rápido possível este problema.



O abandono pode ser visto nas imagens abaixo. As fotos retratam as condições precárias da Unidade de Saúde de Cambury e da Escola Municipal de Juquehy, ambas na Costa Sul da cidade.



Espaço Jurídico



Adicional de periculosidade para o guarda civil municipal: Uma luz no fim do túnel

No processo judicial número 1002118-92.2015.8.26.0587, no qual é solicitado o pagamento do adicional de periculosidade à Guarda Civil Municipal (GCM), o perito destacou que as atividades desenvolvidas expõe o servidor ao risco de violência física, há necessidade de porte de arma de fogo e os riscos à integridade física e risco de morte são acentuados, tanto por sua gravidade, quanto por sua exposição ao risco de forma habitual (permanente), motivo pelo qual concluiu que o guarda municipal exerce atividades perigosas em suas funções.

Portanto, o jurídico do Sindserv espera que essa ação e as demais em trâmite nessa comarca, sejam julgadas integralmente procedentes, levando-se em conta o laudo pericial e as demais provas que de forma robusta garantem aos guardas civis municipais a percepção do adicional de periculosidade descrito nos artigos 126, 139, 141 e 146 do Estatuto do Servidor (Lei complementar 146.2011) e nos artigos 59 e 70 da Lei Complementar 76/2006.



Departamento Jurídico do Sindserv
Roberto Eduardo Silva Junior
OAB/SP 159.480

Sinserv ganha ação e prefeitura é obrigada a pagar gratificação negada a servidores

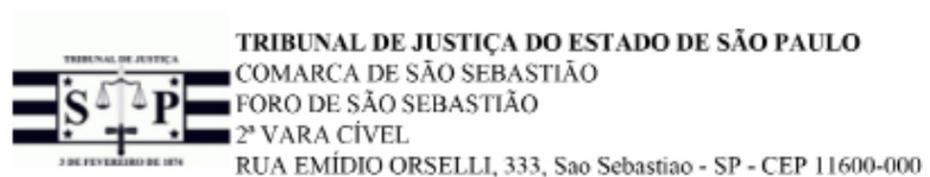
Mesmo participando de comissões, funcionários não recebiam o direito explícito no estatuto da categoria

O Sindserv ganhou mais duas ações contra a prefeitura. A administração municipal foi condenada a pagar para dois servidores a gratificação referente a participarem de comissões. No primeiro caso, o trabalhador da Costa Norte receberá os pagamentos retroativos e enquanto permanecer na comissão. Já no segundo, a funcionária aposentada não recebeu quando estava ativa e agora terá o pagamento do adicional dos períodos de janeiro de 2009 a abril de 2011 e de março de 2014 a maio do mesmo ano.

No caso do trabalhador da Costa Norte, a sentença foi dada pelo Juiz Dr. Daniel Toscano, da 1ª Vara Cível, e na ação da aposentada, pelo Juiz Dr. Guilherme

Kirschner, da 2ª Vara Cível. Nos dois processos, os juristas ainda exigiram que se observe as correções monetárias desde o vencimento de cada parcela, bem como os juros moratórios.

Segundo o advogado do Sindserv, Ricardo Harada, a administração municipal descumpriu Estatuto do Servidor Público. “A prefeitura violou o direito do trabalhador e ingressamos com a ação e conseguimos reverter esta injustiça. Todo servidor que, por algum motivo, estiver na mesma situação, sem receber o adicional por atuação em órgão colegiado, pode procurar o departamento jurídico do sindicato que iremos tomar todas as medidas cabíveis para garantir os direitos do trabalhador”, destaca.



SENTENÇA

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Guilherme Kirschner**

Ante o exposto, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a ação, com julgamento do mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil, para declarar o direito do autor a receber a gratificação por atuação em órgão colegiado, enquanto exercer referidas funções e para condenar a requerida a pagar ao autor as gratificações em atraso, não encobertas pela prescrição quinquenal, corrigidas monetariamente e acrescidas de juros legais desde a data da citação. Ante a sucumbência recíproca, o pagamento das custas e despesas processuais, corrigidas desde o desembolso, serão rateadas pelas partes, e dos honorários advocatícios recíprocos e proporcionais, fixados em 10% do valor da causa, sendo 5% para cada advogado.**

P.R.I.

Sao Sebastiao, 03 de junho de 2016.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA